



UNIÃO - PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO - PIAUÍ

Guarda Municipal

EDITAL Nº 001/2024, DE 13 DE MARÇO DE 2024

CÓD: SL-111MR-24
7908433252566

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto.	11
2. Noções gerais de gramática.	12
3. Fonologia	12
4. ortografia	13
5. acentuação gráfica	14
6. estrutura e formação de palavras	15
7. verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções - interjeições -	16
8. Sintaxe: frase, oração, período. tipos de frases - complementos verbais e nominais– orações subordinadas - orações coordenadas -	28
9. pontuação	31
10. vozes verbais	33
11. concordância verbal e nominal.....	33
12. regência verbal e nominal.....	34
13. - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões	37
14. crase.....	38
15. Derivação prefixal e sufixal	39
16. Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos	39
17. figuras de linguagem - figuras de palavra - figuras de pensamento.....	39
18. significação das palavras	41
19. vícios de linguagem.....	42

Matemática

1. Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica - operações; Expressões fracionárias - operações - simplificação; Números Radicais: operações - simplificação, propriedade - racionalização de denominadores; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada. Equações fracionárias	53
2. Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução - problemas de 1º grau	65
3. Relação e Função: domínio, contradomínio e imagem; Função do 1 grau - função constante; Função exponencial: equação e inequação exponencial; Função logarítmica; Função do 2º grau.....	68
4. Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta	78
5. Porcentagem; Juros Simples e Composto	81
6. PA e PG;	83
7. Sistemas Lineares.....	84
8. Números complexos	86
9. Análise combinatória; Probabilidade	87
10. Trigonometria da 1ª volta: seno, cosseno, tangente, relação fundamental	91
11. Geometria Analítica; Geometria Espacial; Geometria Plana	94
12. Sistema Monetário Nacional (Real)	106
13. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.....	108

Informática

1. Introdução a Tecnologia da informação e comunicação na Educação: o desenvolvimento das telecomunicações; informática instrumental	117
2. Educação, linguagens multimídia e gadgets: Hardware Livre e Software Livre.....	117
3. Redes Sociais.....	118
4. Dispositivos móveis.....	120
5. Equipamentos de informática: projetor multimídia (conexões, diferentes modelos, compatibilidade com computador e configuração com diferentes computadores); “Lousa Digital” e “Lousa Interativa” (potencial e disponibilidade)	121
6. Aparelho de rede sem fio (passos básicos para identificar uma rede e configurar um aparelho para acesso sem fio).....	121
7. Projeto robótica educacional (casos de sucesso, olimpíada de robótica, hardware livre e proprietário, demonstração dos equipamentos).....	122
8. Colaboração na educação contemporânea: ferramentas de software gratuitas para colaboração.....	122
9. Portais de Conteúdo Educacional; Blog, Wiki, Vlog, Redes Sociais Temáticas	123
10. Ambientes Virtuais de Aprendizagem.....	123
11. Análise e Construção de Objetos de Aprendizagem	123
12. Construção de sites: construção de site para apresentar os conteúdos vistos num componente curricular	124
13. Arquivos e impressoras: compartilhamento, instalação e acessos	125
14. Administração de usuários: gerenciamento, usuários e grupos, política de segurança e configurações de segurança	125
15. Instalação, configuração e utilização de correio eletrônico	126
16. Noções de sistema operacional Windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	129
17. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office).....	149
18. Redes de computadores	171
19. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Sítios de busca e pesquisa na Internet.	177
20. Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Engenharia social, phishing, smishing e outros golpes . Segurança da informação; Cópia de segurança; Vírus: características, métodos de combate, formas de ataque e nomenclatura.....	182
21. Procedimentos de backup	187
22. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	187

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos físicos do município, Hidrografia, Clima, Relevo, Vegetação, História do Município e região	193
2. Ética no serviço público	198
3. Noções de segurança individual e coletiva de trabalho.....	198
4. Conhecimentos básicos e específicos relacionados a rotina de trabalho compatível com a sua função.....	208
5. Direitos e Deveres.....	208
6. Equipamentos; Ferramentas e utensílios comuns ao exercício da função.....	219
7. Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado e do Município	220
8. Lei Orgânica	220

ÍNDICE

9. Estatuto dos Servidores	237
10. Conhecimentos sobre os aspectos econômicos, de população e econômicos do Município	237

Noções de Direito Constitucional

1. Princípios fundamentais da Constituição Federal (Arts. 1º ao 4º, CF)	239
2. Direitos e garantias fundamentais (Art. 5º, CF): direitos e deveres individuais e coletivos	240
3. direitos sociais (Art. 6º a 11, CF)	246
4. nacionalidade (Art. 12 e 13, CF)	248
5. direitos políticos (Arts. 14 a 16, CF); alistamento eleitoral; condições de elegibilidade; direitos políticos negativos	249
6. Organização do Estado: organização político administrativa (Arts. 18 e 19, CF)	251
7. União (Arts. 20 a 24, CF)	252
8. Estados Federados (Arts. 25 a 28, CF)	254
9. Municípios (Arts. 29 a 31, CF)	255
10. Distrito Federal (Art. 32, CF)	257
11. Normas constitucionais relativas à administração pública e ao servidor público (Arts. 37 a 41, CF)	257
12. Organização dos poderes (Arts. 44 a 135, CF)	262
13. Segurança pública (Art. 144, CF)	290

Noções de Direito Penal

1. Crimes: Homicídio; Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	295
2. lesão corporal	297
3. furto; roubo	298
4. estelionato	299
5. Ilicitude (antijuridicidade): Conceito e espécies; causas excludentes de ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito; excesso punível	300
6. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003-Lei do Desarmamento e atualizações	302
7. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Lei de Drogas e atualizações	308
8. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 - Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais	321

Noções de Direito Administrativo

1. Órgãos e funções do Estado: distribuição das funções entre os poderes do Estado, nos termos da Constituição Federal/88 .	327
2. Princípios da administração pública	329
3. Poderes da administração pública: poderes vinculados e discricionários; poder normativo ou regulamentar; poder disciplinar; poder hierárquico; poder de polícia	330
4. Atos administrativos: elementos do ato administrativo; invalidação do ato administrativo; classificação dos atos administrativos; vícios do ato administrativo; espécies de atos administrativos; extinção do ato administrativo	337
5. Serviços públicos: conceito; princípios do serviço público; classificação do serviço público; formas e meios de prestação de serviços; concessão de serviços públicos	348

ÍNDICE

6. Bens públicos: conceito; bens de domínio público; bens do domínio privado do Estado; alienação dos bens de uso comum e de uso especial; alienação dos bens dominicais; uso de bem público por particular; autorização de uso; permissão de uso; concessão de uso; concessão de uso especial de imóvel urbano público	359
7. Servidores públicos: conceito; tipos de agentes públicos; cargo e função pública; direitos e deveres constitucionais; direito de greve e de livre nomeação sindical; proibição de acúmulo de cargos; estabilidade e vitaliciedade; afastamento para o exercício de mandato eletivo; vacância; direitos e deveres sociais; responsabilidade	373

Noções de Direito Ambiental

1. Espécies de meio ambiente	411
2. Objetivo do Direito Ambiental	411
3. Princípios ambientais	412
4. Ordem econômica ambiental	415
5. Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Meio Ambiente.....	415
6. Licenciamento ambiental.....	431
7. Responsabilidade ambiental por danos ao meio ambiente.....	433
8. Infrações administrativas	437
9. Constituição Federal	441
10. Lei 9.605, de 12 de dezembro de 1998; Crimes ambientais	442
11. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.....	449

Noções de Direitos Humanos

1. Origem e evolução dos Direitos Humanos.....	455
2. Declaração Universal dos Direitos Humanos	456
3. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	458
4. Constituição Federal/1988: Arts. 5º, 6º, 7º e 14.....	468

Material Digital Leis Federais

1. Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997 – Lei de Tortura.....	4
2. Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, nova lei de abuso de autoridade.....	4
3. Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha	8
4. Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Crime de Racismo.....	14
5. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.....	16
6. Lei Federal nº 8.069, de 11 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	26
7. Uso de Algemas: Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal.....	63
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com deficiência	64

Legislação de Trânsito

1. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997–Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e atualizações 84

Legislação do Município

1. Lei Orgânica do Município e atualizações 138
2. Código de Postura do Município e atualizações 154

Conhecimentos Locais

1. Aspectos econômicos, sociais, históricos, geográficos e culturais do Município 156

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- (A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- (B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- (C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- (E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

4. FEPESE - 2024 - Prefeitura de São José - SC - Guarda Municipal

De acordo com a Lei nº 9.605/1998, são penas restritivas de direito:

1. recolhimento domiciliar. 2. prestação de serviços à comunidade. 3. suspensão parcial ou total de atividades. 4. interdição temporária ou permanente de direitos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- (A) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- (B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- (C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- (E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

5. ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Pariconha - AL - Guarda Municipal

Leia as afirmativas a seguir:

I. Promover construção em solo edificável, ou no seu entorno, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida, é crime ambiental sujeito a multa, apenas.

II. A interdição temporária de direitos não é uma pena restritiva de direito aplicável a crimes ambientais.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.

6. NUCEPE - 2019 - Prefeitura de Teresina - PI - Guarda Civil Municipal

Segundo a Lei nº 9.795/99, são princípios básicos da educação ambiental, **EXCETO**:

- (A) capacitação de recursos humanos;
- (B) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- (C) o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- (D) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- (E) a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

7. NUCEPE - 2019 - Prefeitura de Timon - MA - Guarda-Civil Municipal

São objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente:

- (A) a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- (B) a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses apenas da União.

(C) a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, mas, não ao usuário da contribuição, pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

(D) o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso indiscriminado de recursos ambientais.

(E) a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente e a divulgação de dados e informações ambientais, mas, não a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

8. NUCEPE - 2019 - Prefeitura de Teresina - PI - Guarda Civil Municipal

Dentre os princípios dos quais se cercam o Direito Ambiental, que colaboram com atitudes concretas para que haja um meio ambiente ecologicamente equilibrado, encontra-se o Princípio do Poluidor Pagador. Marque a alternativa abaixo que melhor expressa este princípio:

(A) princípio que revela a primazia do interesse público sobre o particular, decorre de previsão constitucional que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, competindo ao Poder Público e à sociedade sua preservação e sua proteção;

(B) prega que não se admite, em tempos atuais, que as atividades econômicas se desenvolvam sem a preservação do meio ambiente, pois a ordem econômica também possui como fundamento a defesa e preservação do meio ambiente;

(C) reflete o ônus que o causador de danos ambientais deve ter com a preservação do meio ambiente, pois todo aquele que polui deve ser responsabilizado por seus atos. O objetivo deste princípio é obrigar a iniciativa privada a internalizar os custos ambientais, causados pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de escasseamento dos recursos ambientais;

(D) garante ao cidadão o direito à informação e participação na elaboração de políticas públicas que asseguram um meio ambiente equilibrado, seja através de meios administrativos, legislativos, ou judiciais;

(E) pondera que para que se possa impedir uma atividade deve existir uma justificativa técnica fundamentada em critérios científicos aceitos pela comunidade internacional, a fim de evitar interrupção de experiências e projetos sociais relevantes.

9. NUCEPE - 2019 - Prefeitura de Timon - MA - Guarda-Civil Municipal

Sobre os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é composto por órgãos ou entidades federais e estaduais, mas não é integrado por órgãos ou entidades municipais.

(B) O órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

(C) São órgãos executores do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

ARTIGO 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

ARTIGO 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

ARTIGO 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

ARTIGO 12

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO 13

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.

ARTIGO 14

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15

1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

ARTIGO 17

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

ARTIGO 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

ARTIGO 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

ARTIGO 20

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

ARTIGO 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

ARTIGO 23

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Direito de Retificação ou Resposta

1. Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei.

2. Em nenhum caso a retificação ou a resposta eximirão das outras responsabilidades legais em que se houver incorrido.

3. Para a efetiva proteção da honra e da reputação, toda publicação ou empresa jornalística, cinematográfica, de rádio ou televisão, deve ter uma pessoa responsável que não seja protegida por imunidades nem goze de foro especial.

ARTIGO 15

Direito de Reunião

É reconhecido o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

ARTIGO 16

Liberdade de Associação

1. Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos, ou de qualquer outra natureza.

2. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

3. O disposto neste artigo não impede a imposição de restrições legais, e mesmo a privação do exercício do direito de associação, aos membros das forças armadas e da polícia.

ARTIGO 17

Proteção da Família

1. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

2. É reconhecido o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de fundarem uma família, se tiverem a idade e as condições para isso exigidas pelas leis internas, na medida em que não afetem estas o princípio da não discriminação estabelecido nesta Convenção.

3. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos contraentes.

4. Os Estados-Partes devem tomar medidas apropriadas no sentido de assegurar a igualdade de direitos e a adequada equivalência de responsabilidades dos cônjuges quanto ao casamento, durante o casamento e em caso de dissolução do mesmo. Em caso de dissolução, serão adotadas disposições que assegurem a proteção necessária aos filhos, com base unicamente no interesse e conveniência dos mesmos.

5. A lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.

ARTIGO 18

Direito ao Nome

Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esses direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.

ARTIGO 19

Direitos da Criança

Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado.

ARTIGO 20

Direito à Nacionalidade

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território houver nascido, se não tiver direito a outra.

3. A ninguém se deve privar arbitrariamente de sua nacionalidade nem do direito de mudá-la.

ARTIGO 21

Direito à Propriedade Privada

1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.

2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.

3. Tanto a usura como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem devem ser reprimidas pela lei.

ARTIGO 22

Direito de Circulação e de Residência

1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais.

2. Toda pessoa tem o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio.

3. O exercício dos direitos acima mencionados não pode ser restringido senão em virtude de lei, na medida indispensável, numa sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

4. O exercício dos direitos reconhecidos no inciso 1 pode também ser restringido pela lei, em zonas determinadas, por motivo de interesse público.

5. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional, nem ser privado do direito de nele entrar.

6. O estrangeiro que se ache legalmente no território de um Estado-Parte nesta Convenção só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada de acordo com a lei.

7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos e de acordo com a legislação de cada Estado e com os convênios internacionais.

c) excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; e

d) excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

ARTIGO 30

Alcance das Restrições

As restrições permitidas, de acordo com esta Convenção, ao gozo e exercício dos direitos e liberdades nela reconhecidos, não podem ser aplicadas senão de acordo com leis que forem promulgadas por motivo de interesse geral e com o propósito para o qual houverem sido estabelecidas.

ARTIGO 31

Reconhecimento de Outros Direitos

Poderão ser incluídos no regime de proteção desta Convenção outros direitos e liberdades que forem reconhecidos de acordo com os processos estabelecidos nos artigos 69 e 70.

**CAPÍTULO V
DEVERES DAS PESSOAS**

ARTIGO 32

Correlação entre Deveres e Direitos

1. Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade.

2. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, numa sociedade democrática.

**PARTE II
MEIOS DA PROTEÇÃO**

**CAPÍTULO VI
ÓRGÃOS COMPETENTES**

ARTIGO 33

São competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes nesta Convenção:

a) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Comissão; e

b) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Corte.

**CAPÍTULO VII
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

SEÇÃO 1 - ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 34

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

ARTIGO 35

A Comissão representa todos os Membros da Organização dos Estados Americanos.

ARTIGO 36

1. Os membros da Comissão serão eleitos a título pessoal, pela Assembleia-Geral da Organização, de uma lista de candidatos propostos pelos governos dos Estados-Membros.

2. Cada um dos referidos governos pode propor até três candidatos, nacionais do Estado que os propuser ou de qualquer outro Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos. Quando for proposta uma lista de três candidatos, pelo menos um deles deverá ser nacional de Estado diferente do proponente.

ARTIGO 37

1. Os membros da Comissão serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos. Logo depois da referida eleição, serão determinados por sorteio, na Assembleia-Geral, os nomes desses três membros.

2. Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado.

ARTIGO 38

As vagas que ocorrerem na Comissão, que não se devam à expiração normal do mandato, serão preenchidas pelo Conselho Permanente da Organização, de acordo com o que dispuser o Estatuto da Comissão.

ARTIGO 39

A Comissão elaborará seu estatuto e submetê-lo-á à aprovação da Assembleia-Geral e expedirá seu próprio regulamento.

ARTIGO 40

Os serviços de secretaria da Comissão devem ser desempenhados pela unidade funcional especializada que faz parte da Secretaria-Geral da Organização e deve dispor dos recursos necessários para cumprir as tarefas que lhe forem confiadas pela Comissão.

SEÇÃO 2 - FUNÇÕES

ARTIGO 41

A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições:

a) estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América;

b) formular recomendações aos governos dos Estados-Membros, quando o considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos;

c) preparar os estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções;

d) solicitar aos governos dos Estados-Membros que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos;

e) atender às consultas que, por meio da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, lhe formularem os Estados-Membros sobre questões relacionadas com os direitos humanos e, dentro de suas possibilidades, prestar-lhes o assessoramento que eles lhe solicitarem;

3. FEPESE - 2024 - Prefeitura de São José - SC - Guarda Municipal

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que determina:

- (A) Regras de não violência e sustentabilidade.
- (B) Diretrizes de solidariedade entre as nações.
- (C) Padrões de boa convivência entre os povos.
- (D) Os direitos básicos de todos os seres humanos.
- (E) Regras de como os países devem conduzir as negociações políticas sem violência.

4. FEPESE - 2024 - Prefeitura de São José - SC - Guarda Municipal

Assinale a alternativa **correta** sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- (A) O Brasil foi um dos últimos países a ratificar a Declaração dos Direitos Humanos.
- (B) A Declaração dos Direitos Humanos contém 46 artigos que consolidam os direitos.
- (C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi assinada por 193 países membros da ONU.
- (D) A Declaração dos Direitos Humanos foi elaborada por um Comitê criado pela ONU em 1948.
- (E) Após a apreciação do documento pelos representantes da ONU, foi emitida a Resolução nº 215.

5. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal

Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica de 1969), analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
- () Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
- () A pena abrange a pessoa do infrator e seus sucessores, via de regra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F
- (E) F - V - F

6. IBADE - 2020 - Prefeitura de Cariacica - ES - Guarda Municipal I

Sobre “Garantias Judiciais”, a Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”), prevê que toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, de:

- (A) ser torturada.
- (B) ficar por pelo menos 5 (cinco) dias incomunicável.
- (C) confessar o crime, mesmo que seja coagida a fazê-lo.
- (D) não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada.

(E) não ser assistido por um defensor, ainda que deseje o auxílio de um.

7. VUNESP - 2023 - Prefeitura de Jundiá - SP - Guarda Municipal A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada às crianças.
- (B) A instrução será facultativa no grau elementar.
- (C) Todo ser humano, vítima de perseguição por crime comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- (D) Todo ser humano pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
- (E) Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

8. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal

De acordo com as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas
- (B) Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei
- (C) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal dependente e parcial
- (D) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante
- (E) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal

9. VUNESP - 2020 - Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP - Guarda Municipal

No que concerne ao repouso, lazer e férias, é correto afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- (A) não possui qualquer previsão.
- (B) possui previsão com relação ao repouso, mas nada consta sobre as férias.
- (C) contempla que o repouso, o lazer e as férias são direitos trabalhistas do ser humano.
- (D) possui, entre outras, previsão de férias remuneradas periódicas.
- (E) possui previsão com relação às férias, mas nada consta sobre o repouso.

10.: IBGP - 2022 - Prefeitura de Betim - MG - Guarda Municipal - Masculino e Feminino

A Declaração Universal de Direitos Humanos representou um importante marco na história da humanidade ao se ampliar o lastro protetivo sobre a pessoa humana.

Nesse contexto, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um direito assegurado pela referida Declaração de Direitos.

- (A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada por decisão transitada em julgado, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.